
O ESTADO, PODER E TERRITÓRIO: PERCEPÇÕES TRANSFORMACIONAIS NO CONTEXTO MOÇAMBICANO

THE STATE POWER AND TERRITORY: TRANSFORMATIONAL INSIGHTS IN THE MOZAMBIKAN CONTEXT

Cláudio Artur Mungói¹

RESUMO: No presente artigo, as transformações territoriais são analisadas a partir da atuação do Estado, através da construção da barragem de Cahora Bassa. Assume-se que o uso do território pelo Estado sempre esteve fortemente vinculado a injunções políticas, ou seja, a decisões e práticas territoriais estratégicas, plasmadas nas relações de Poder determinantes para os usos econômicos do território.

Palavras-Chave: Poder e Território, Transformação Espacial, Cahora Bassa, Vale do Zambeze.

ABSTRACT: In this article, the territorial transformations are analyzed from the action of the State, through the construction of the Cahora Bassa. It is assumed that the use of the territory by the State has always been strongly linked to political injunctions, ie the territorial strategic decisions and practices, molded in the relations of power determinants for economic uses of the territory.

Key words: Power and Territory, Transformation Space, Cahora Bassa, Zambeze Valley.

Introdução

Assume-se para este artigo a relação entre poder e território como fundamento básico para a interpretação das políticas territoriais aqui analisadas com base no poder do Estado. Isto significa que as políticas territoriais são aqui analisadas de acordo com as condições que presidem a territorialidade do poder com as suas práticas estratégicas sobre o território.

O Vale do Zambeze é uma região rural estratégica para o desenvolvimento de Moçambique. Por isso há necessidade de compreender-se a formulação de políticas territoriais por parte tanto do Estado português quanto do novo Estado moçambicano. Políticas territoriais aqui são entendidas como o conjunto de ações do Estado que visam o investimento em infraestrutura e programas de desenvolvimento capazes de gerar mudanças socioeconômicas importantes à escala local e regional, através da valorização, uso e aproveitamento de recursos naturais da região.

¹ Professor Doutor da Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Departamento de Geografia. Maputo – Moçambique. E-mails: Cláudio.mungoi@uem.mz - cmungoi2002@yahoo.com



Mapa 1: Países da Bacia do Zambeze

Nos trabalhos de campo desenvolvidos entre Janeiro e Fevereiro de 2006 no Vale do Zambeze (Moçambique) observou-se a produção de energia elétrica a partir da barragem de Cahora Bassa como uma infraestrutura estratégica capaz de constituir um fator multiplicador para o desenvolvimento da região do Vale. Assume-se que o uso político do Vale pelo Estado moçambicano está fortemente vinculado a injunções políticas, ou seja, a decisões e práticas territoriais estratégicas, plasmadas nas relações de Poder que vão determinar os usos econômicos do território, fortemente marcado pelas etapas históricas e políticas registradas no país.

Políticas territoriais: poder e território

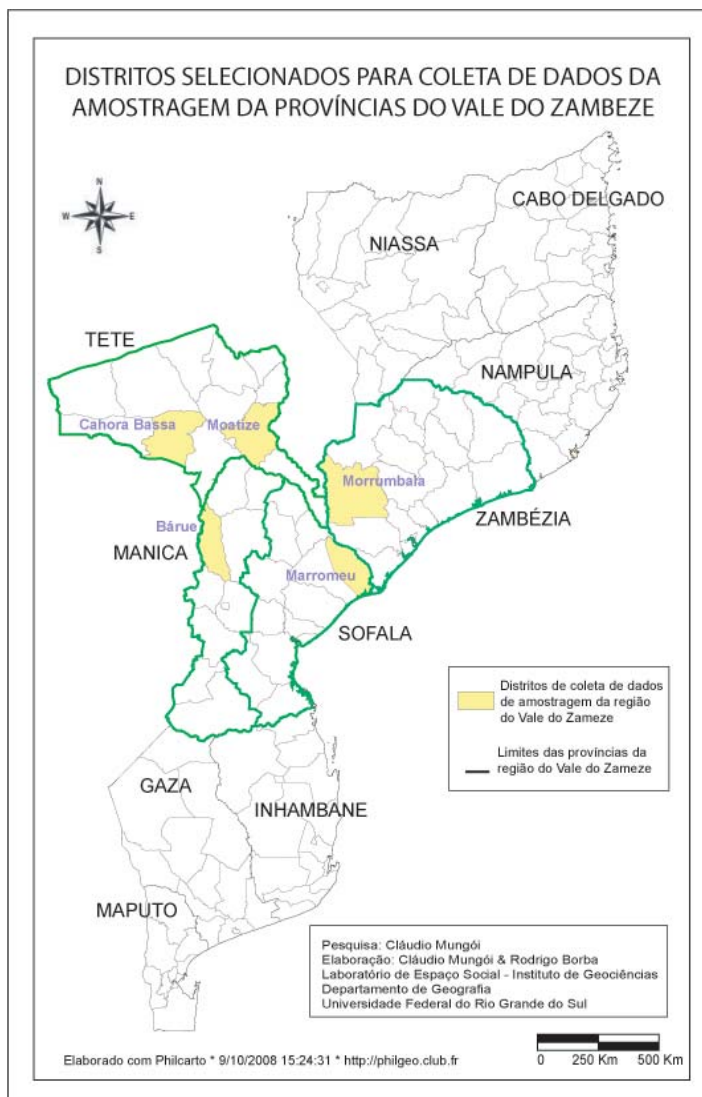
Tradicionalmente, as transformações territoriais estão relacionadas ao uso político do território, as políticas territoriais, portanto ao jogo de relações de poder. Segundo

Costa (1988), “as políticas territoriais têm sido entendidas no âmbito restrito dos planos regionais de desenvolvimento, isto é, enquanto atividade planejadora do Estado voltada ao enfoque regional específico, resultando comumente em projetos especiais que interessam a uma ou outra região do país”. Entretanto, o mesmo autor alerta que “as políticas territoriais extrapolam essa noção, abrangendo toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, *uma dada concepção do espaço nacional*, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas” (Costa, 1988, p. 13, Grifos no original).

Seguindo esta linha, as políticas territoriais supõem modificações na estrutura territorial do país, supõem ainda recortes regionais de planos nacionais de desenvolvimento que muitas vezes expressam uma determinada estratégia de “ajustes territoriais” ou ainda da institucionalização do poder político em suas várias escalas (nacional, regional ou local) e representam de fato estratégias regionais de desenvolvimento e que de acordo com Sanchez (1992), refletem a materialização de ações políticas sobre o território e que exigem a coerência entre a estrutura social e a estrutura territorial e onde estão sempre presentes os fatos de apropriação², os processos de controle³, a política como gestão e o próprio conflito que em última análise reflete a essência do fato político⁴ em si mesmo.

Assim, a política territorial pode ser definida como o conjunto de planejamentos estratégicos de médio e longo prazo e as suas correspondentes formas de atuação dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assuma as formas que sejam adequadas ao conjunto de interesses que controlam o poder político (Sanchez, 1992, p. 72). Este poder político é, sobretudo, controlado pelo Estado, aqui entendido como instituição política territorializada e legitimada pela sociedade, inscrito nos tempos do território e da sociedade. É desta inscrição que resulta o processo de transformação a que ele se encontra freqüentemente submetido (Castro, 2005).

As constatações de campo demonstram que a construção da barragem de Cahora Bassa insere-se num universo maior de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, que por sinal representa a maior iniciativa de desenvolvimento espacial de Moçambique. Esta iniciativa de desenvolvimento não é recente. Na época colonial foi traçado um plano de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, através do estabelecimento do Gabinete de Fomento e Povoamento do Zambeze (GFPZ), mais tarde transformado em Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ). Assume-se que as estratégias do Gabinete, por ser interministerial, conformam-se como sendo políticas de caráter territorial que visam o desenvolvimento da região. A produção de energia elétrica a partir da barragem de Cahora Bassa constituiu-se na principal ação do programa.



Mapa 2: Distritos selecionados para coleta de dados da amostragem das províncias do Vale do Zambeze

Em 1975, o país conquista a sua independência nacional e embora a região e a barragem de Cahora Bassa continuassem sendo estratégicas, são redefinidas as relações de poder num novo ambiente político e econômico voltado a atender as necessidades dos moçambicanos.

Transformações territoriais: a Barragem de Cahora Bassa

A produção de energia elétrica da barragem de Cahora Bassa é marcada por dois momentos históricos diferentes: num primeiro momento, sob a total dominação e administração colonial portuguesa, o empreendimento da barragem visava o abastecimento ao mercado Sul Africano, ou seja, a produção de energia destinada à exportação, através de uma linha de corrente contínua até a Estação Apollo na África do Sul.

Embora a Barragem de Cahora Bassa fizesse parte de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, concebido e elaborado entre 1957/65 pelo GPZ, que funcionava no Ministério do Ultramar, em Lisboa, a viabilização do empreendimento em 1969 só foi possível depois do acordo assinado entre Portugal e a África do Sul.

Com a Barragem de Cahora Bassa, Portugal procurava reforçar a sua aliança com a África do Sul na perspectiva de satisfazer interesses de caráter político e econômico. Com a barragem, Portugal pretendia: primeiro, produzir energia elétrica abundante e barata cujo excedente seria vendido, em 90%, ao mercado da África do Sul e Rodésia do Sul (atual Zimbábwe) visando cobrir os custos da sua construção e satisfazer as necessidades em energia do *boom* econômico sul africano dos anos 60; segundo, captar substanciais divisas para o Banco Central de Lisboa e em terceiro lugar, possibilitar a implementação do “Plano Geral” de Fomento e Povoamento do Vale do Zambeze (Middlemas, 1975).



Foto 1: Barragem de Cahora Bassa, uma externalidade à produção energia
Fonte: GPZ, 2006. Pesquisa: MUNGÓI, C 2007

Ainda que o projeto tivesse um condão econômico, a sua motivação política foi vislumbrável, tendo em conta que este surgiu numa época em que a minoria branca regional estava preocupada com o avanço das lutas nacionalistas para as independências. Para Isaacman (2000), os que se opunham a sua construção não concordavam que a barragem pudesse trazer prosperidade para os camponeses que viviam na região e viam o projeto como parte integrante de uma estratégia militar e de aliança política entre Portugal e a África do Sul para impedir o avanço de movimentos nacionalistas como a FRELIMO.

Ativistas anti-apartheid organizaram com sucesso a maior campanha internacional para impedir que países Ocidentais como a Inglaterra e os Estados Unidos financiassem a construção do empreendimento. “O que acontece em Cahora Bassa” segundo o pronunciamento do Conselho Mundial das Igrejas publicado pelo Programa de Combate ao Racismo “é central para a guerra de Moçambique e para o futuro de toda a África

Austral”. A barragem era vista pela guerrilha da FRELIMO como um instrumento e símbolo de opressão colonial. Nas Nações Unidas o representante da Frelimo chegou a declarar que “Cahora Bassa era um crime. Era um crime não apenas contra o povo moçambicano, mas também contra todo o povo da região da África Austral e da África como um todo”.

No entanto seis meses depois da conclusão das obras da sua construção, em Dezembro de 1974, Moçambique conquistou a independência nacional e mudou radicalmente a sua posição em relação a barragem e converteu-a em símbolo de libertação que levaria o povo moçambicano a conquista do progresso econômico e transformação da estratégica região do Vale do Zambeze.

Por outro lado, os que apoiavam a sua construção depositavam no projeto Cahora Bassa como sendo importante para cimentar a ideia da criação de uma “zona tampão”, em defesa da minoria branca no poder em Moçambique e na África do Sul. Estes defendiam que a barragem para além de providenciar energia elétrica à África do Sul traria a Moçambique uma moeda forte que permitiria um melhor desempenho da sua economia e conseqüente desenvolvimento.

O benefício principal deste empreendimento para Moçambique resultaria do seu impacto em outras áreas de desenvolvimento do Vale do Zambeze previstas no “Plano Geral” cuja implementação seria gerida pelo Gabinete do Plano do Zambeze que para o efeito solicitara \$176 milhões de escudos, metade dos quais seriam despendidos na agricultura, 1/3 na produção energética e os restantes na área de transportes e dos serviços sociais (Hances, 1972)⁵

Isto demonstra que o interesse em desenvolver a região do Vale do Zambeze não é recente. No ano de 1957 foi criado pelo Governo Português um organismo técnico especial - Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze (MFPZ) – para proceder ao reconhecimento e inventariação dos recursos existentes no Vale do Zambeze, com vista à programação do desenvolvimento na região. Para esta finalidade foram realizados levantamentos cartográficos da região à escala de 1:50 000, com curvas de nível equidistantes de 20 ou 10 metros, abrangendo uma área de cerca de 200.000 km²; procedeu-se ao estudo da região no seu aspecto pedológico e aptidão agrícola; estudaram-se as florestas de essências indígenas existentes na região; efetuou-se um levantamento dos principais núcleos de gado existentes no vale, fez-se uma prospecção sobre os locais para eventual construção de barragens e respectivas albufeiras, as zonas de provável adaptação a irrigação; foram selecionadas zonas que, pelas suas características, evidenciavam a ocorrência de jazidas minerais e foi efetuada uma avaliação das repercussões no consumo interno que uma variação do nível econômico das populações, devido ao desenvolvimento da região, podia provocar.

O *segundo momento corresponde* ao país independente com a sua nova matriz de desenvolvimento voltada para a satisfação das necessidades da população materializadas através dos projetos de eletrificação rural e o abastecimento de algumas cidades com a energia de Cahora Bassa. Há que assinalar que logo após a independência nacional, o Governo de Moçambique concluiu, num primeiro

momento, em face da política de socialização do campo que o Vale do Zambeze não tinha a grande importância destacada pela Administração Colonial e na sequência, extinguiu-se o Gabinete do Plano do Zambeze.



Foto 2: Edifício Sede do GPZ na cidade de Tete – Região do Vale do Zambeze
Fonte: Do Autor, 2006

Volvidos cerca de 20 anos, através do Decreto 20/95 o Governo concluiu que estava errado e voltou a destacar a região do Vale do Zambeze como estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país e da África Austral. Foi assim que foi (re) criado o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ) em substituição do antigo Gabinete do Plano do Zambeze, hoje transformado em Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze.

Em 23 de Junho de 1975, nos termos do Protocolo de Acordo entre o Governo Português e a Frelimo⁶, assinado a 14 de Abril do mesmo ano, e do Decreto-Lei 71/75 de 21 de Junho, do Governo de transição de Moçambique, bem como na sequência das autorizações dadas pelo Governo Português, através da Resolução do Conselho de Ministros de 4 de Junho, ainda do mesmo ano, foi criada a Sociedade Anônima de Responsabilidade Limitada denominada Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB).

A sociedade, com sede no Songo, Província de Tete (Moçambique) tem por objetivo a exploração, em regime de concessão, do aproveitamento hidroelétrico de Cahora Bassa, incluindo a produção de energia elétrica e seu transporte de energia em corrente contínua para a República da África do Sul, a linha em corrente alternada, para a subestação de Matambo (Tete), o fornecimento em corrente alternada para a linha Centro – Norte, o transporte de energia de corrente alternada para a subestação do Dondo (Beira), igualmente em ligação com o Sistema de Distribuição da SHER no Chimoio.

A sociedade concessionária ficou com a responsabilidade de pagamento integral do investimento realizado através da liquidação dos financiamentos negociados para o efeito. Nos termos do acordado em Junho de 1975 com o Governo Português, 18.34% do capital pertencem ao Estado moçambicano e 81.60% ao Estado Português. No entanto, atualmente está decorrendo o processo de reversão total das ações ao Estado moçambicano, cuja conclusão está prevista para o corrente ano.

O desenvolvimento da região do Vale do Zambeze sobre o comando do extinto Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze continua sendo um objetivo a ser atingido pelo Estado. Com a independência nacional em Junho de 1975, o que mudou nesse objetivo foi a sua missão, hoje mais virada para beneficiar os interesses dos moçambicanos e da integração nacional e sub-regional.

Estas etapas e injunções políticas acima referenciadas determinam os *usos políticos do território*, não apenas por representar a esfera de decisões de práticas territoriais estratégicas plasmadas através do estabelecimento de infraestruturas, mas acima de tudo, por evidenciar o Poder ou relações de Poder instituído em cada momento histórico que para o caso específico da região do Vale do Zambeze, os momentos são bastante nítidos: (i) o colonial, representado pela construção da barragem e a conciliação entre o uso do território para propósitos políticos e econômicos do Estado Português e Sul Africano e (ii) a Administração pós-colonial com a mudança da missão do GPZ, ou seja, da lógica do *uso do território*, evidenciado pela preocupação maior em satisfazer as necessidades prementes da população.

Os novos usos também são sinalizados através da reversão das ações da barragem de Cahora Bassa ao Estado moçambicano e pelo estabelecimento de novos acordos bilaterais e tripartidos entre Moçambique, Portugal e a África do Sul e entre Moçambique e o Zimbábue, principais consumidores da energia elétrica produzida pela Cahora Bassa.

Por isso, o enfoque do artigo está centrado na produção de energia elétrica a partir da barragem de Cahora Bassa, aqui assumido como uma infraestrutura estratégica capaz de constituir um fator multiplicador para o amplo projeto de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze. A barragem está enquadrada dentro de uma política territorial representada pelo Plano de Desenvolvimento do Zambeze (GPZ) que visa o desenvolvimento integrado de toda a região do vale dentro dos limites territoriais de Moçambique. No entanto, a sua finalidade esteve sempre associada aos *usos económico-financeiros do território* moçambicano, fortemente vinculado às etapas históricas e as relações de Poder do Estado instituídas segundo as suas lógicas internas e externas entre três países: Moçambique, Portugal e a África do Sul.

É assim que as infraestruturas estratégicas em Moçambique sempre estiveram fortemente associadas a evolução da organização política e administrativa bem como da situação econômica do país, ou seja, refletem as mudanças da natureza do Poder, a situação política e ao estado da economia nacional e a sua integração regional que decisivamente, influenciaram a política de infraestruturação rural.

Considerações finais

A região do Vale do Zambeze por constituir a base principal de recursos hídricos da região Austral de África, por ser a base principal de produção de energia elétrica renovável e por constituir-se numa das bases essenciais para a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas, apresenta requisitos-chaves para o desenvolvimento sustentável de Moçambique, dos países membros da SADC⁷ e da África Austral o que a coloca como fator importante para o estreitamento da cooperação entre Moçambique e seus parceiros regionais.

O Vale do Zambeze pela conjugação de fatores cria oportunidades únicas para que se desenvolva uma sinergia entre o setor público e privado, entre a ajuda multilateral e o financiamento das entidades bancárias, capazes de garantir o sucesso na luta pelo desenvolvimento.

As necessidades de desenvolvimento da região Austral da África e dos países da SADC para além de passarem pelo fim dos conflitos armados e da erradicação da pobreza absoluta encontram na água e energia locomotivas essenciais para o seu desenvolvimento. Assim, devido ao seu grande potencial hídrico e de outros recursos naturais, o Vale do Zambeze apresenta-se como uma região estratégica para o desenvolvimento do subcontinente, razão que a leva a ser integrada no topo das agendas nacionais, regionais e multilaterais, ao nível dos Estados, empresas, agências de desenvolvimento e instituições financeiras.

Para o presente artigo, o desenvolvimento do Vale do Zambeze a partir da produção de energia elétrica foi circunscrito ao nível de Moçambique e assume-se como parte da região em território nacional, as províncias e, sobretudo, os distritos banhados pelo rio Zambeze e que possuem uma certa homogeneidade sob ponto de vista do seu ecossistema natural.

Assim, a produção de energia elétrica da Cahora Bassa deve ser encarada como pólo de atração de investimento dentro de uma Iniciativa Espacial de Desenvolvimento que, como o nome indica, inspira o desenvolvimento integrado e harmonioso de todo o espaço, pois, a estratégia de desenvolvimento da região ultrapassa a objetivos meramente regionais, isto é, possui uma dimensão nacional e subcontinental. Assim sendo, se farão necessárias novas etapas de pesquisa que procurarão incidir sobre outras dimensões do espaço regional, nomeadamente programas de eletrificação rural; usos agrícolas do solo em consonância com as particularidades do mundo rural camponês tribal; a localização e a prática produtiva das agroindústrias açucareiras etc.

Notas

2- Qualquer uso espaço-territorial requer previamente a sua apropriação como forma e conteúdo. Uma das ações que definiram o homem como ser histórico foi o processo de apropriação racional do Espaço. O poder para alcançar os objetivos que se propõe, necessita do espaço-territorial, já que as relações do poder, enquanto relações sociais, somente são possíveis de serem materializadas a partir da apropriação do território. É lógico que o poder ao adequar-se a estrutura social e a seus objetivos, o mesmo se verifica com a estrutura espaço-territorial, pois que este não é neutro diante dos distintos usos que

dele se queira fazer em função da estrutura do poder (Sanchez, 1992, p. 66 - 67).

3- Toda relação sócio-territorial se articula sobre uma relação assimétrica de poder em que existe um setor dominante que exerce o poder voltado para a satisfação dos seus objetivos e interesses e que se pretende manter-se como tal poder, deve adotar uma atitude criativa. Essa criatividade passa pelo controle e gestão da sociedade e do seu território (Idem, p. 69-70).

4- O fato político seria àquela atividade que aglutina um conjunto de pessoas, que se organizam para intervir socialmente, a fim de alcançar os seus objetivos e interesses. Trata-se de fato de uma organização voltada para a intervenção social e territorial dirigida a consecução dos objetivos que justificam a formação do grupo (Idem, p. 64).

5- No “Plano Geral” definiram-se os empreendimentos prioritários de cada setor econômico incluindo o “desenvolvimento comunitário” cujo início da sua implementação dependia da construção da barragem de Cahora Bassa, a qual seria o “motor de arranque” de todos outros projetos de desenvolvimento preconizados para o Vale do Zambeze. Constituíam objetivos genéricos do “Plano Geral” (i) o “desenvolvimento comunitário da população nativa, com vista ao seu progresso econômico e social; (ii) a ocupação orientada de manchas agrícolas através da criação de explorações devidamente dimensionadas, a distribuir tanto a imigrantes como a locais, de modo a constituírem núcleos populacionais estáveis e progressivos; (iii) o alargamento da ocupação agrícola aos setores de silvicultura e pecuária, tendo presente o desenvolvimento dos núcleos de agricultura e pecuária tradicionais já existentes; (iv) a exploração intensiva dos recursos minerais, com extração e, sempre que possível, conseqüente transformação total ou parcial no local e o (v) estabelecimento de infraestruturas indispensáveis aos pólos de desenvolvimento a criar e criados, designadamente nos setores de energia, dos transportes e comercialização”.

6- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, partido que conduziu o país a conquista da independência nacional em Junho de 1975.

7- SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e onde Moçambique é membro fundador. A comunidade, para além de Moçambique é constituída pela África do Sul, Zimbábwè, Botswana, Namínia, Lesotho, Swazilândia, Malawi, Zâmbia, Tanzânia, Angola e a República Democrática do Congo.

Referências

CADETE, Xavier A. *Impacto da Barram de Cahora Bassa na agricultura familiar no Vale do Zambeze, 1975 – 1997: Estudo de Caso do distrito da Caia*. (Trabalho de Licenciatura). Maputo: UEM, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHENJE, Munyaradzi (ed). *Estado do Ambiente da Bacia do Zambeze 2000*. Maseru/Lusaka/Harare: SADC/IUCN/ZRA/SARDC, 2000.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ZAMBEZE. *Plano de Desenvolvimento Comunitário do Vale do Zambeze*. Tete. Conselho Técnico do GPZ, 2002.

_____. *O Vale do Zambeze*. Oportunidades de desenvolvimento. Tete: GPZ, 2003.

_____. *O Vale do Zambeze e o GPZ*. Disponível em <http://www.gpz.gov.mz/quemsomos.html>. Acessado a 10/10/05.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Discursos dos membros do governo de Moçambique*. Disponível em: http://www.gpz.gov.mz/discursos/discursos3_03.html. Acessado a 10/10/05.

HANCE, William. “*Cahora Bassa hidro project: Portugal and South Africa seek political and economic gains from joint investment*”. *Africa Report*, 25 May, 1970.

HUO, Teles. *Relações regionais e reactivação do projecto de Cahora Bassa em Moçambique, 1981 – 1988*. (Trabalho de Licenciatura). Maputo: UEM, 2002.

HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA. *Um Pólo de Desenvolvimento*. Maputo, 19..

ISAACMAN, Allen & SNEDDON, Chris. “Towards a Social and Environmental History of the building of Cahora Bassa Dam”. *Journal of Southern Studies*, Vol. 26, n.4, December 2000.

JOSÉ, Paulo Lopes. *O recrutamento de mão de obra e a construção da barragem de Cahora Bassa, 1969 – 1975*. (Trabalho de Licenciatura). Maputo: UEM, 2001.

MIDDLEMAS, Keith. *Cahora Bassa*. Engineering and politics in Southern Africa. London: Zed Books Ltd, 2001.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. MISSÃO DE FOMENTO E POVOAMENTO DO ZAMBEZE. *Possibilidades de Fomento do Vale do Zambeze*. Lisboa: Hidroeléctrica Portuguesa, 1963.

MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. DIRECÇÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL. *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Infraestrutura e Serviços. (Documento de uso interno). Maputo, 2005.

SILVA, Henrique et al. “HCB: *Gestão da barragem de Cahora Bassa*” In: Seminário sobre Cahora Bassa e Gestão Sustentável do Vale do Baixo Zambeze: Progressos e Perspectivas. Maputo: NET, Julho de 2002.

SANCHEZ, Joan-Eugení. *Geografia Política*. Madrid: Editorial Síntesis, SA, 1992.

TITOS, Anselmo. *Hidroeléctrica de Cahora Bassa*. Potência subaproveitada. In: *Revista Tempo*, n.1181 de Julho de 1993, Maputo.